

O FIM DO ARCO IRÍS: OS DESAFIOS DA LUTA ANTIRRACISTA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

PAULINO DE JESUS F CARDOSO¹

O que é a democracia? O regime movido pela garantia e contínua invenção e reinvenção de direitos!!

Marilena Chaui

RESUMO

Na presente comunicação buscamos refletir acerca dos desafios da luta pela cidadania na conjuntura política atual, marcada, especialmente pela demolição e corrupção das instituições democráticas e instalação de um Estado de Exceção, apoiado por parte expressiva das classes médias e altas desse país. Uns movidos pela aparente perda de prestígio social, outros pelo crescimento da participação política de populações vulneráveis que se converteu em acesso a bens e serviços jamais vistos na história deste país. As intuições de Estado que deveriam defender a Democracia, infestadas por concurrei-os, brancos, de classe média e conservadores, se voltaram contra aquelas condições que nos últimos anos garantiram o Estado de Bem Estar Social em nosso país. Temos um inimigo insidioso e perverso: a classe média branca brasileira: servil, racista e vira-lata. Durante os últimos trinta anos acreditamos no caminho propostos pelos canais democráticos, organizamos a sociedade civil, campanhas de esclarecimento, luta institucional em diferentes esferas, participamos dos mais diferentes partidos políticos, conseguimos assim enfrentar o mito da democracia racial brasileira.

Palavras-chave: democracia; políticas de ação afirmativa; crise política; Brasil.

INTRODUÇÃO

Entretanto, para nosso desespero, nunca nos encarceraram tanto, nunca nos mataram tanto. Certamente, dados das agências de saúde devem indicar o brutal impacto do sofrimento psíquico associado ao racismo na degradação de nossa saúde mental. Por último, avalanche conservadora e fascista, capitaneada pelo fundamentalismo cristão ameaça destruir tudo o que construímos de liberdades nas últimas décadas. Em minha opinião, nós chegamos ao limite daquilo que os descendentes de colonos europeus, autodenominados brancos, estão dispostos a negociar. Neste sentido, o projeto democrático construído por Lula e inspirado na contra Apartheid de Nelson Mandela chegou ao fim e nós precisamos-nos reposicionar.

¹ American Board of Psychiatry and Neurology.

Neste momento buscamos refletir acerca dos desafios da luta pela cidadania na conjuntura política atual, marcada, especialmente pela demolição e corrupção das instituições democráticas e instalação de um Estado de Exceção, apoiado por parte expressiva das classes médias e altas desse país.

Uns movidos pela aparente perda de prestígio social, outros pelo crescimento da participação política de populações vulneráveis que se converteu em acesso a bens e serviços jamais vistos na história deste país. As intuições de Estado que deveriam defender a Democracia, infestadas por concurseiros, brancos, de classe média e conservadores, se voltaram contra aquelas condições que nos últimos anos garantiram o Estado de Bem Estar Social em nosso país. Temos um inimigo insidioso e perverso: a classe média branca brasileira: servil, racista e vira-lata.

Alguém um dia afirmou: O Brasil saiu do mapa da fome. Mas a classe média não se importa. Pois ela não sabe o que é Brasil, no sentido que seu sonho é ter um apartamento mequetrefe em Miami, EUA, não sabe o que é mapa e nunca passou fome. A classe Média não pensa em direitos, associada ao reconhecimento da dignidade da pessoa humana, alma da comunidade política ocidental, mas almeja privilégios. Daí porque todas propagandas de produtos para ela carregam a marca do exclusivo, do prime, do gourmet.

A classe média brasileira, que saiu às ruas em defesa do afastamento da presidenta Dilma Rousseff, manifesta-se livremente e coerentemente pela defesa de um Estado de Exceção. Para ela, cidadania não faz nem um sentido, ela precisa de gasolina barata, furgões a diesel e dólar barato para viajar aos Estados Unidos e Europa e retornar carregados de quinquilharias e engenhocas tecnológicas produzidas na China e outros países asiáticos para onde migraram as empresas dos países centrais. Em uma palavra, a Classe Média brasileira troca tranquilamente sua cidadania pelo privilégio de consumir!!!!

Nestas tensas disputas, emerge o poder avassalador dos Meios de Comunicação monopolistas. Apenas cinco famílias controlam rádio, canais de televisão, jornais e revistas impressas e on-line, portais de internet, tornadas instrumentos de ação política na defesa de seus interesses.

Aliado a isto, temos o mais conservador Congresso Nacional da nossa jovem democracia, dominado por parlamentares milionários, comprometidos com lobbies de todo tipo e conhecidos pela associação a Bancada BBB: do Boi, da Bala e da Bíblia que pretendem nos devolver para Idade Média europeia. Becara e o Direito Penal.

Por sinal, voltando aos privilégios, enquanto o trabalhador compromete 53% da sua renda com pagamentos de impostos, os brasileiros que recebem acima de R\$504 milhões por ano, apenas 35% é tributável. O que faz do Brasil o paraíso dos super-ricos segunda a insuspeita ONU. Nosso país concede auxílio moradia para juizes e membros do Ministério Público, mesmos morando na cidade onde trabalham, que produzirá um rombo bilionário nas contas públicas, além de um reajuste salarial de até 78% para os servidores do Judiciário, negociado pelo presidente do Supremo Tribunal,

diretamente com Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados, que implicará em despesas estimadas em quatro bilhões de reais.

Mas, igualmente, um ataque aos direitos duramente conquistados em décadas de lutas como o fim na prática da CLT, substituídas pelas convenções coletivas, perfeitas para este ambiente de crescente desemprego. Atualmente estamos em nada menos de doze milhões de trabalhadores desempregados, o projeto de terceirização total das atividades, Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 215 que restringe a demarcação de terras indígenas e titulação de terras quilombolas, a Revogação do Estatuto do Desarmamento, a criação do Estatuto da Família e a restrição ao uso de anticoncepcionais, especialmente para vítimas de estupro e, mais recentemente, a descaracterização do Estatuto da Igualdade Racial, o fim do Programa Ciência Sem Fronteira, do PROUNE, redução do FIES, PRONATEC e Programa Nacional de Enfrentamento do Analfabetismo e gora essa monstruosidade fascista. Esta abominação autoritária chamada Escola Sem partido. Em verdade, eles, principalmente com a PEC 241, atacam a ideia de Estado Social presente na Constituição Federal de 1988. Um Estado onde liberdade e igualdade não se perde na letra fria da lei, mas se configura em um projeto onde brasileiros e brasileiras, feito comunidade política, são convidados a se engajar e que está na base das políticas de ação afirmativa.

Hoje sabemos que os esforços institucionais da Presidenta da República Dilma Rousseff para superar a crise política e governar, articulados desde sua reeleição em 2014, em um cenário econômico e geopolítico internacional nada favorável, não deram certo, por muito fatores. Entre eles, os próprios valores democráticos de Dilma Rousseff, comprometida com um projeto nacional de desenvolvimento com inclusão social, por não haver vislumbrado a amplitude da conspiração que se avizinhava, e do peso dos atores externos no qual os atentados como o ocorrido em França em 2015, é apenas uma parte de uma história que envolve os esforços ocidentais, capitaneados pelos EUA de dominação de espectro global, em um mundo multipolar. Parênteses: vivemos a sombra da terceira Guerra Mundial, que se opera em diferentes teatros, sul da China, Leste da Europa, Turquia, Irã, Síria, Iêmen, tendo como foco o controle da Eurásia, onde estão 60% da riqueza mundial. Daí a importância de organismos multipolares, Organização Mundial de Comércio, o Mercosul, CELAC e, fundamentalmente o BRICS. Nestes vastos campos de lutas, a Síria emerge como a nossa nova Saraievo, nela se jogam o jogo dos tronos, semeando morte e sofrimento em toda parte. Praticamente expulsos da Turquia, derrotados na Ucrânia e atolados no Iraque e Afeganistão e com a Europa enfraquecida e em dissolução, resta aos estadunidenses o seu velho quintal, conhecido pelo bordão, a América para os americanos e dá-le semear golpes de Estado (Honduras, Paraguai e Brasil) e bases militares, duas somente na área do aquífero guarani.

O LUGAR DE ONDE FALO

Como muitos da minha geração, faço parte daqueles que acreditaram e acreditam que responsabilidade, trabalho duro e disciplina nos dariam uma carreira e uma perspectiva de futuro. Nós somos aqueles que foram iniciados no Movimento Negro nos anos 1980, graduamos e nos qualificamos nos anos 1990 e, a partir desta década passamos a ocupar os cargos de docência universitária.

Entretanto, aos assumirmos nossas funções, nos deparamos com o racismo institucional presentes em nossas unidades de ensino. Não tínhamos bolsistas, espaço físico, suporte para pesquisa sobre temas relativos a África e suas diásporas no Ocidente. Em suma, nossas preocupações não tinham lugar na tradição acadêmica. Recentemente, o então Ministro Renato Janine Ribeiro, chamou de ideologia nossos esforços para descolonizar o ensino de História, presente no documento Base Nacional Comum. Nós, professores somos ameaçados por um projeto de lei em discussão no Congresso Nacional, denominado Escola Sem Partido, que pretende eliminar temas polêmicos como desigualdades de gênero, racismo, entre outros. Alguns cientistas sociais acreditam que se pode construir um bom profissional da área sem Etnologia Indígena, Estudos Africanos e Afro-Brasileiros. Mesmo em minha universidade, a UDESC, o curso de Geografia, bacharelado e licenciatura, foram pensados sem fazer nenhuma referência a África, América Latina e Ásia.

A memória dos intelectuais brancos é curta. Esquecem-se que foram estes os temas que configuraram as ciências sociais, a História e a Geografia em nosso país. Pior, no exercício de sua Branquitude epistemicida, descumprem a legislação em vigor e ameaçam ser descredenciados pelo Ministério da Educação. Um grande sociólogo Guerreiros Ramos, negro e senador da República, afirmava com razão que o racismo é uma patologia do branco brasileiro.

Nós somos frutos de uma antiga estratégia de luta antirracista, a educação como instrumento de mobilidade individual e coletiva, de enfrentamento das desigualdades e emancipação social. Em verdade, pesquisadores como Willian Robson Soares Lucindo, Petrônio Domingues, entre outros, em suas pesquisas tem indicado no Movimento Negro, a centralidade da educação nas estratégias de mobilização e emancipação social dos descendentes de africanos.

UM NOVO CICLO DE LUTA

Vivemos um novo ciclo da luta por igualdade em nosso país e, conseqüentemente, o fim da agenda democrática que se configurou no fim da Ditadura Militar, e que, de algum modo serviu de referência para as lutas democráticas nos últimos trinta anos.

Ao contrário dos anos 1970, não esperamos o bolo da economia crescer para depois distribuí-lo. Nós mudamos este paradigma. Nós, ao longo dos últimos anos, sobre a batuta da sociedade civil organizada, em diálogo com um novo quadro político-partidário, produzimos uma revolução democrática em nosso país.

Estávamos substituindo o antigo projeto neoliberal, baseado na redução do papel do Estado, na liberalização dos mercados, na precarização das condições de trabalho e desarticulação da sociedade civil; por uma nova proposta para o país consagrado na fórmula crescimento econômico, combinado com enfrentamento da pobreza e combate às desigualdades.

No nosso campo, elaboramos uma pauta multiculturalista que deixou nu os mecanismos que reproduzem a dominação branca em nosso país. Ações universalistas articuladas a definição de políticas de combate às desigualdades raciais, tiveram o mérito de colocar o racismo e seus efeitos na agenda política do país.

Do ponto de vista institucional, a legitimidade das políticas de ação afirmativas foi reconhecida pelo Executivo, Judiciário e Legislativo. O Brasil tornou-se signatário de diferentes convenções internacionais, entre eles a Declaração e Plano de Ação da III Conferência Internacional Contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, em Durban, África do Sul.

Nos sistemas de ensino, em especial, no Governo Federal, em tese, construímos um arcabouço jurídico e administrativo, jamais visto, focado no combate às desigualdades raciais na Educação. Leis Federais 10.639/03, 11.645/08, regulamentadas pelas Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, estabeleceram as regras por meio das quais se pretende enfrentar o racismo e promover o respeito e a diversidade cultural no cotidiano escolar.

F falta o aprimoramento dos mecanismos de fiscalização do cumprimento das normas, e nesse sentido, uma reorientação do papel do INEP é fundamental. Enquanto os colonos brancos continuarem ditando o ritmo das mudanças, a Educação brasileira não avançará em direção a igualdade.

Em relação a formação inicial, hoje sabemos, só isto não basta. Mas do que políticas de ação afirmativa para o acesso, precisamos levar em consideração a permanência e o sucesso de nossos egressos. E isto significa pensar não só as Instituições Federais Ensino Superior (IFES), mas igualmente instituições públicas, privadas e comunitárias. E isto também significa uma mudança de paradigma.

O que está em questão é a necessidade de aprofundar as políticas de modo de definir metas e cronogramas. Nós aprovamos cotas no serviço público federal, mas vemos nossas instituições de ensino superior burlar de forma assustadora as condições para efetivação da presença negra na docência universitária.

Igualmente, precisamos enfrentar as dificuldades para ampliar as oportunidades de acesso aos estudos pós-graduados em nossas instituições. E isso não será possível sem um diálogo, nem sempre fraterno com a SESU/MEC, CAPES e CNPq, para serem criadas diretrizes que estimulem os programas de pós-graduação no país reservarem vagas para estudantes negros e negras. Em workshop realizado no final de 2013, indicamos a CAPES, a possibilidade de oferecimento de bolsas adicionais para estudantes

afro-brasileiros, assim como, a adoção do quesito cor nos seus instrumentos de coleta de informação.

Falando em CAPES e CNPq, já indicamos a estas instituições a brutal sub-representação de negros e negras nos programas de mobilidade acadêmica como o Ciência Sem Fronteira. Colegas das HBCUS, nos informaram em 2013, que das cinco centenas de estudantes participantes do programa, acolhidos nas instituições negras participantes, apenas cinco eram fenotipicamente negros. Para nós, constituirá um avanço significativo nesta direção a implementação do programa Abdias Nascimento de Mobilidade Estudantil.

De outro lado, acertaram aqueles que optaram pelo caminho da judicialização da luta antirracista no espaço escolar. Passados doze anos da publicação da Lei Federal 10.639/03, muito ainda precisa ser feito. Aprendemos a duras penas que nos esfalparamos nas estradas buscando oferecer o máximo de formação continuada aos docentes da educação básica, não significou uma ampliação do oferecimento de conteúdo previstos. Em pesquisa recente onde avaliamos cinco anos de atividades do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB-UFESC) desde a sanção daquela norma legal pelo ex-presidente Luís Ignácio Lula da Silva, percebemos que escolas atendidas e não atendidas, embora demonstrassem conhecimento da existência da Lei, poucas significaram inclusão da temática no projetos político pedagógicos, nos planos de ensinos, nas atividades desenvolvidas em sala de aula e em aquisição de material didático para as bibliotecas escolares.

Nossas experiências exitosas, quanto a perenidade e alcance das ações, ocorrem quando contribuimos para organização e consolidação de programas municipais de diversidade étnica na educação. Ao invés de formação ou oficinas para estudantes do ensino fundamental, que são eventos que logo se perdem no tempo, temos uma ação institucional, cujo, o foco central são os gestores públicos que organizam programas em três eixos: capacitação (gestores, multiplicadores e docentes), aquisição e produção de material didático, estudos e pesquisas (acesso, permanência e sucesso de estudantes afros) e fortalecimento institucional (criação de diretrizes municipais de educação para as relações étnico-raciais pelo conselho municipal de educação, aprovação do programa por decreto ou lei municipal, definição do cargo de gestor do programa, estabelecimento de rubricas na Lei Orçamentária Municipal Anual e no Programa de Ações Articuladas, inclusão nos exames de conhecimentos para admissão de professores.

Não se trata apenas de desconhecimento de materiais pedagógicos ou experiências exitosas, mas de um racismo institucional presente em todos os sistemas de ensino que tornam as escola instrumentos de colonização mental e de reprodução de hierarquias sociais que mantém a população não branca brasileira na condição de trabalhadores dependentes desde o século XVI.

Como vem nos alertando Hannah Arendt, o racismo e outras mazelas não são frutos da insanidade ou monstrosidades de um ou outro sujeito, mas é inerente a

configuração da própria modernidade ocidental, ao exilar metade da humanidade das suas condições de existência, jogar a outra dentro de suas próprias cabeças e banir a experiência como base para o conhecimento e a verdade.

Durante os últimos trinta anos acreditamos no caminho propostos pelos canais democráticos, organizamos a sociedade civil, campanhas de esclarecimento, e luta institucional em diferentes esferas, participamos dos mais diferentes partidos políticos, e conseguimos assim enfrentar o mito da democracia racial brasileira.

Entretanto, para nosso desespero, nunca nos encarceraram tanto, nunca nos mataram tanto. Certamente, dados das agências de saúde devem indicar o brutal impacto do sofrimento psíquico associado ao racismo na degradação de nossa saúde mental. Por último, a avalanche conservadora e fascista, capitaneada pelo fundamentalismo cristão ameaça destruir tudo o que construímos de liberdades nas últimas décadas.

Em minha opinião, nós chegamos ao limite daquilo que os descendentes de colonos europeus, autodenominados brancos, estão dispostos a negociar. Sejam eles de esquerda ou de direita, sejam conservadores ou progressistas, eles controlam os mecanismos de legitimação democrática e grande parte de nós, de nossas organizações do movimento social, foram reduzidos a ONGs que vivem de migalhas do Estado ou da filantropia.

Hoje, reconhecemos que muitas foram as conquistas a ser comemoradas, em especial, nas últimas décadas termos colocado o combate ao racismo na agenda política de nosso país. De um modo geral, nós somos a expressão mais legítima do povo brasileiro, e o racismo um obstáculo à plena cidadania no Brasil.

Nós, companheiros e companheiras, usando uma imagem judaica, subimos a montanha e vimos a terra prometida. Nossa tarefa: parir a geração que a frente do nosso povo, tornará esse país uma terra de homens e mulheres livres.

Primavera de 2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDREWS, GEORGE REID. *Negros e brancos em São Paulo: (1888-1988)*. Bauru: EDUSC, 1998.
- APPIAH, ANTHONY. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ARENDT, HANNAH. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- AZEVEDO, CELIA MARIA MARINHO DE. *Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites, Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CHALHOUB, SIDNEY. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DOMINGUES, PETRÔNIO. Movimento da Negritude: Uma breve reconstrução histórica. *Mediações – Revista de Ciências Sociais, Londrina*, v. 10, n.1, p. 25-40, jan.-jun. 2005.

- HERNANDEZ, LEILA M. G. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. 3. ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- MATTOS, HEBE MARIA. *Das Cores do Silêncio*. Os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, Séc. XIX. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- RIOS, ANA LUGO e MATTOS, HEBE MARIA. *Memórias do Cativo*: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- ROLNIK, RAQUEL. *Cada um no seu lugar!* São Paulo, início da industrialização: geografia do poder. 1981. Dissertação (mestrado em arquitetura e urbanismo). Faculdade de arquitetura e urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), São Paulo.
- SCHWARCZ, LILIA MORITZ. *Retrato em branco e Negro* - Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- . *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil de 1870 - 1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- SERRANO, CARLOS MOREIRA HENRIQUES; WALDMAN, MAURÍCIO. *Memória D'África: a temática africana em sala de aula*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.